



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8643 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 21/GT 23 - Educação, Gênero, Etnia e Sexualidade

O PROJETO NEOLIBERAL E OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Luciane Rocha Paes - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Rita Floramar Fernandes dos Santos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Ytanaje Coelho Cardoso - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM-CAPES

O PROJETO NEOLIBERAL E OS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Introdução

O trabalho em voga discorre sobre a epistemologia neoliberal vivenciada no Estado brasileiro a partir do contexto educacional, cujo objetivo é fazer uma reflexão teórica sobre as abordagens neoliberais e a sua ligação com a educação escolar indígena no Brasil. Neste sentido, faremos uma discussão sobre a epistemologia neoliberal e a sua relação com os povos indígenas, com o intuito de instigar a visualização da relação existente entre as políticas e o neoliberalismo como caminho epistêmico mercantil, que forja e orienta as questões educacionais.

A prática do projeto neoliberal vem reconstruindo novas formas de estabelecer objetivos na normatização do homem para a sua atuação social, pois, o projeto neoliberal está, inclusive, ligado às instituições sociais e diretamente relacionado à escola, por ser uma instituição essencial e um instrumento de sistematização da formação humana, social, cultural e política da sociedade. Neste sentido, o neoliberalismo tem uma dimensão muito maior que está relacionada com a atuação do Estado e a formação do pensamento social e político.

Por isso, torna-se necessário fazer uma reflexão sobre a problemática para que se possa compreender a dissolução objetiva dos pressupostos neoliberais nos processos de educação escolar indígena. Dessa forma, o presente texto é de cunho teórico e visa fazer uma reflexão crítica sobre a implementação do neoliberalismo no Brasil e a questão da educação escolar indígena.

O projeto neoliberal e a educação escolar indígena no Brasil

A educação no Brasil entre os séculos XX e XXI passou por um processo de transição e transformação no que se refere ao acesso e democratização do ensino público, visto que, de forma legítima, alguns sujeitos como os trabalhadores, população do campo, quilombolas, ribeirinhos e as populações indígenas tiveram acesso à educação pública. Ressalta-se que se faz necessária uma reflexão acerca dos processos educativos e dos tipos de educação que o Estado brasileiro proporcionou a esta parcela da população, neste caso específico, aos povos indígenas.

Sendo assim, um dos rumos assumidos por tais reflexões surge com proporções globais, que são fundamentadas pela ideologia dominante e expressadas através da estrutura e da superestrutura da sociedade moderna. Nesta perspectiva, o Estado tem uma função primordial de suprir as demandas para a subordinação ao capital nessa nova maneira de organização política e econômica neoliberal. Em razão disso, o Estado tem uma relação estreita e densa para a manutenção deste projeto político-econômico (NETO; CAMPOS, 2017) e, tal proposta, mostra-se como sistema ideal para a ocorrência expressivamente esmagadora da expansão e da reestruturação do capitalismo. Consequentemente, vai se estabelecendo na subordinação econômica, política e cultural entre os países geopoliticamente considerados centrais e periféricos de acordo com suas capacidades “desenvolvimentistas”.

Mediante isso, os pressupostos educacionais tiveram início no Brasil na década de 1960 e se intensificaram na década de 1970, sendo consolidados efetivamente nos anos 1980 - 1990. Neste período, o Brasil entra integralmente no projeto neoliberal através de processos internos como a estruturação do Estado, influenciado pelo capital internacional e a construção de políticas públicas direcionadas pelo próprio sistema neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

Por consequência deste proceder neoliberal, a educação é pensada para a formação tecnicista sob a lógica do capital, com características semelhantes à composição de uma fábrica. Nesse viés, o conjunto de legislação nacional a respeito do direito dos povos indígenas a uma educação escolar indígena diferenciada está corroborada sob dois aspectos, que, necessariamente, precisam convergir para que esse direito se materialize. De um lado, trata-se de propiciar acesso aos conhecimentos ditos universais e, de outro, de ensinar práticas escolares que permitam o respeito e a sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. É da junção dessas duas vertentes que deve emergir a tão propagada escola indígena (GRUPIONNI, 2000).

Assim, os processos educacionais são realizados sob o controle do capital e a educação se torna uma mercadoria, tal como os processos de produção, cujo objetivo é construir um produto. Neste modelo, a educação também tem por objetivo a formação multifacetada dos trabalhadores contemporâneos, dentro da perspectiva da racionalidade dos processos produtivos, sendo que, neste cenário, estão os povos indígenas.

A escola, como um instrumento do sistema capitalista, tem como princípio a formação de competências e de competitividade, na perspectiva da qualidade total que a educação passa na formação técnica multifacetada, sendo eficiente em formar, especificamente, o trabalhador para exercer uma função no mercado de trabalho.

Porém, ao contrapor este modelo neoliberal de educação fragmentada e despolitizada faz-se necessário refletirmos sobre o desenvolvimento integral do indivíduo na dimensão intelectual, política e cultural de todos os homens e mulheres, independentemente da sua classe social. É somente pela prática da educação crítica que se pode encontrar saídas pertinentes que contraponham a educação em moldes neoliberais.

Em virtude disso, é possível romper o paradoxo da subordinação constituída pelo projeto neoliberal, fazendo com que se estabeleça um novo paradigma que reestruturará socialmente e reorganizará os processos educativos, tendo como objetivo primordial a emancipação do sujeito para uma ação do ser social não mais subordinado às ideias mercadológicas do neoliberalismo. Nessa conjuntura, estão também as políticas públicas para a educação escolar indígena, consequentemente, implícito a categoria escola/escolarização indígena e suas conjugações.

Essa modalidade educacional transformou-se em vetor relevante aos indígenas e ao movimento dessa categoria de forma geral, reforçando a esperança de autonomia, visibilidade e respeito, características essenciais a sobrevivência das diversas culturas indígenas do Brasil. À medida que essa discussão e realidade se expandem, ganha-se a importância e a mobilização de diferentes atores, instituições, recursos e modos de se pensar a educação, consequentemente, a escola indígena.

Por isso, em resposta surgiram ganhos fundamentais como uma legislação educacional diferenciada, de propostas curriculares específicas como, por exemplo, a educação e a escola indígena são garantidas pela CF/1988, como também pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pelo Referencial Curricular Nacional para as escolas Indígenas e pelo Plano Nacional de Educação, de 2001. Esta modalidade de escola é vista como estratégia política de viabilização de demandas “nativas oriundas por concepções e valores étnicos que, mesmo nas situações de contato, fundamentam a vida e a lutas dos povos indígenas [...] sua decisão de não renunciar a serem os protagonistas de sua própria história” (SANTOS, 2003, p.123).

De tal modo, as políticas educacionais voltadas para os povos indígenas, orientadas por diferentes princípios ao longo de sua história, corroboram no entendimento político do respeito às diferenças culturais, onde o valor democrático deveria ter seu espaço, afirmação e encorajamento do pluralismo cultural do Brasil. De fato, a educação tem grande importância para o projeto neoliberal e, dependendo de sua gestão e plano de poder que legitima a desigualdade, esta é percebida como um dos muitos aportes capitalistas.

Nesse processo está a educação escolar indígena que, por princípio, destoa totalmente da lógica neoliberal. Isto é, pressupõe outra lógica, outro cotidiano, a começar pela coletividade contrapondo-se a qualquer tipo de ação individualista. Decerto, as políticas que a subsidiam deveriam servir de sustentáculo para a edificação e consolidação de um mundo bem melhor para seus povos, como eles tanto conclamam em seus discursos e em seus projetos de vida.

Todavia, a educação escolar que no passado os subjugou, hoje em algum aspecto serve de ponte política, como uma perspectiva contra hegemônica de forma mais emancipatória e de diálogo com o mundo não indígena. Ela é, na verdade, um projeto para desatar os laços da lógica neoliberal, ou seja, ajuda os indígenas que a pleiteiam a entender a exploração de classe e a invisibilidade que se traduz em discriminação racial, desde que aqui chegaram os colonizadores.

Nas palavras de Arroyo (2011), trata-se de avançar na (re)constituição de outras lógicas sistêmicas para as redes de educação e suas distintas unidades escolares, em que os indígenas, por exemplo, ocupariam a centralidade das práticas educativas específicas à sua cultura, o que mostra a possibilidade de “conectar saberes e conhecimentos que estão dispersos nas práticas educativas sociais e são negados pelos conhecimentos hegemônicos e estabelecidos na escola” (ARROYO, 2011, p. 21). São ações urgentes e insurgentes que precisam da anuência política do contexto educativo.

Essas políticas, nos últimos tempos, têm impactado a vida indígena sobremaneira,

porque apesar de sua sobrevivência ser assegurada pela Constituição Federal de 1988 e tendo a escola como esteio de vida, a luta por uma educação diferenciada nunca deixou de ser tensa, intensa e contraditória. Com base na reflexão desta relação que a lógica do projeto neoliberal tem com a educação, destacamos de uma forma mais ampla três aspectos gerais, em que o neoliberalismo vem atacando diretamente o processo de efetivação da educação escolar diferenciada e indígena, sendo eles:

- O escasseamento das políticas públicas[i] de direitos dos povos indígenas, uma vez que nunca se omitiu tanto nos cumprimentos dos direitos dos povos indígenas, com relação ao direito à educação, terra e saúde. Esse tripé alicerça o contexto da educação indígena e não pode separar-se.
- A incerteza e falta de projetos que consolidem a educação intercultural diferenciada, especialmente, com relação à formação inicial e continuada de professores indígenas que atuam na educação básica. Além dos materiais didáticos interculturais necessários para a efetivação da educação escolar intercultural.
- A entrada e permanência desses povos no ensino superior brasileiro, especificamente, na esfera pública através de políticas afirmativas que estejam em consonância ao que prescreve o direito que lhes cabe, desde a Constituição Federal de 1988. O gargalo do financiamento é um dos principais problemas neste processo.

Essas questões atingem em certa medida todos os níveis de educação escolar dos povos tradicionais desde a educação básica ao ensino superior, atacando diretamente o modo de ser indígena e a sua cultura de forma direta. E, apesar de todo o processo de luta para conquista de direitos básicos como a saúde, educação diferenciada e a terra, os povos tradicionais vêm sofrendo diretamente com o negligenciamento e usurpação destes direitos.

O modo de ser dos indígenas, suas economias, suas cosmologias, sobretudo o domínio destes povos em 13% do território brasileiro, são afrontas ao desafio da expansão do capital que exige do agronegócio, dos grandes financiadores das construções hidrelétricas, estradas, entre outros, uma força tarefa neoliberal mais radical com estes coletivos (GOMES, 2012). O que fazer? Quem pode denunciar esta situação?

Por hora, conta-se com intelectuais indígenas, Movimentos Indígenas e indigenistas que alertam para esta realidade. Assim, durante esse processo é necessário, de certa maneira, uma desaceleração na continuidade das políticas hegemônicas contra as políticas educacionais indígenas. Caso contrário, o levante contra as escolas indígenas no Brasil será de um prejuízo imensurável à riqueza cultural no espaço da multiculturalidade e interculturalidade brasileira no aspecto crítico, porque o Estado não as enxerga como potencialidades de saberes, mas sim como barreiras, problemas, despesas, enfim, como instituições que não deveriam existir.

Na verdade, as escolas indígenas podem trazer consigo possibilidades diversas para a educação do não índio, como dizia Bartomeu Melià (1998), “Não há um problema de Educação Indígena, há soluções indígenas ao problema da educação”. Falta-nos ousadia e um olhar menos etnocêntrico para enxergar esta realidade. Outro aspecto a ser ponderado, alinhado aos exemplos já citados, é a epistemologia neoliberal ganhando forças para diminuir cada vez mais esforços, no que tange ao financiamento e atenção aos projetos educacionais junto aos povos indígenas, uma vez que ao largo da história a força mercantil educativa sempre se alargou no cenário brasileiro, infelizmente.

Na ideia de Sobrinho (2013) nas atuais tendências hegemônicas,

[...] a educação deve estar a serviço da produção e do consumo dos conhecimentos e das competências como estratégia de aumento da competitividade mercadológica, em detrimento da formação humana integral e da construção de sociedades democráticas. O educando se transforma em consumidor de um serviço educacional e de um produto

- o conhecimento - e o cidadão é tratado como um recurso humano enredado na relação produção-consumo (p.112).

Com certa angústia epistemológica e política, percebemos que não se enxerga desta maneira o contexto do conhecimento em nosso país, muito menos para os povos indígenas e suas escolas. Sendo assim, quanto menos atenção se der a estas escolas e aos sujeitos que dela fazem parte, mais longe de incomodar e mais imobilizados em suas lutas ficarão os indígenas. Não à toa, vemos aumentando o desmonte de políticas públicas educacionais que antes tentavam garantir uma educação escolar indígena diferenciada, sendo efetivada a partir da escola fundamentada pelos pressupostos metodológicos e princípios baseados na transmissão de conhecimentos indígenas, que fortalecem os sistemas próprios de cada povo, assim como na obtenção de conhecimentos e tecnologias não indígenas.

Considerações finais

A epistemologia neoliberal através de suas características mercadológicas entra em conflito direto com o princípio da educação escolar indígena, que tem em seu pressuposto principal a autonomia, a emancipação cultural e social dos povos indígenas. Isso nos leva a refletir que a escolarização específica, diferenciada e intercultural da educação infantil ao ensino superior direcionada a estes povos correm um sério risco de estagnar em sua conjuntura cultural, de gestão, de especificidade e diferenciação, porque ela se afasta dos ideais neoliberais. Por isso, evidenciamos que os povos indígenas ainda continuam na categoria de inviabilizados e desprotegidos, e tentam a sua maneira não compactuar com os arranjos da lucratividade neoliberal que veem crescendo no país através da ponte educativa.

Assim, a essência desta discussão entre o projeto neoliberal e o cumprimento da formação escolar indígena está em duas questões pertinentes que vão para além deste descaso aparente, que são: a fragmentação das políticas públicas para o enfraquecimento da questão indígena, no sentido de condicionar os povos indígenas a possível perda dos seus traços culturais, e a possível comercialização das riquezas naturais que estão em terras indígenas. Dessa forma, a escola indígena é reconhecida com normas e ordenamentos jurídicos próprios, garantindo autonomia pedagógica e curricular para essa escola e definindo as esferas, competências e responsabilidades pela oferta da educação escolar aos povos indígenas. Enfim, o projeto neoliberal no contexto educativo, ao nosso ver, tem ampla abertura por meio das políticas que discutem a educação escolar no país, todavia, tem, por outro lado, tentativas emancipatórias de mostrar que a educação escolar também pode ser no cotidiano de indígenas e não indígenas um espaço contra hegemônico de luta, solidariedade epistêmica, insurgência e criticidade. É nisso que acreditamos.

Referências

ALMEIDA, A. A. L.; DAMASCENO, M. F. O Neoliberalismo e Educação Brasileira: a Qualidade Total em questão. **Revista Educação-UNG-SER**. Guarulhos, SP, v. 10, n. 2, p. 40-46, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/lucia/Downloads/2160-7271-1-PB.pdf> . Acesso em: 15/05/2020.

ARROYO, M. G. **Educador em diálogo com nosso tempo** – 5 coleções - org. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011

CIMI, CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil–Dados de 2018**. Brasília: CIMI, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 02/10/2020.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo**

econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> . Acesso em: 22/06/ 2017

FREITAS, F. M. C. F. Imperialismo e educação . **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p.39-64, mai.2009 - ISSN: 1676-2584 39 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art04_33esp.pdf Acesso em 22/08/2017.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil: Passado, presente e futuro.** São Paulo: Contexto. 2012.

GRUPIONI, L. D. B. A Educação Escolar Indígena no Brasil: a passos lentos. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). Povos indígenas no Brasil – 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

MELIÀ, Bartomeu. **Ameríndia.** Cuiabá/MT, 1998.

NETO, F. J. E.; CAMPOS, G. R. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas.**IV Seminário Internacional de representações sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE.VI Seminário Internacional sobre profissionalização docente – SIRD/Cátedra Unesco. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24420_12521.pdf Acesso em: 22/08/2017.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SECCHI, D. (Org.). **Ameríndia – tecendo os caminhos da Educação Escolar Indígena.** Cuiabá/MT: Seduc/CEIMT/ CAIEMT, 1998.

SOBRINHO, J. D. **Educação superior: bem público, equidade e democratização.** Revista de Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 107-126, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/07.pdf> . Acesso em: 29/05/2020.

Palavras-chave: Epistemologia neoliberal; Processos educativos; Povos indígenas; escola indígena; Educação escolar indígena.

¹ Os povos indígenas são vítimas do Estado porque, através das instituições que representam e exercem os poderes políticos, administrativo, jurídico e legislativo, ele atua, quase sempre, tendo como referência interesses marcadamente econômicos, e não os direitos individuais, coletivos, culturais, sociais e ambientais. A gestão pública é parcial, pois toma como lógica a propriedade privada, contrapondo-se à vida, ao bem-estar e à dignidade humana. Por isso, milhões de pessoas se encontram em situação de miséria, na vulnerabilidade, desempregadas e desesperançadas. As violências contra os indígenas estão diretamente relacionadas a esse contexto. E como pode-se verificar pelos dados de 2018 apresentados neste Relatório, elas são generalizadas e ocorrem de Norte a Sul do país. As diferenças são quanto à sua extensão. Muitos povos nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, em sua maioria, vivem em pequenas áreas de terras degradadas, onde não há as mínimas condições de habitação, sem saneamento básico e água potável, onde passam fome e, muitas vezes, frio. Vivem sem perspectivas de futuro (CIMI, 2019, p. 09).